

Os livros de denúncia da tortura após o golpe de 1964

Flamarion Maués*

Resumo: Alguns livros tiveram importante papel na denúncia da repressão política e das violações aos direitos humanos no Brasil após o golpe de 1964, desde o livro "Torturas e torturados" (1966), de Márcio Moreira Alves, até o "Brasil: Nunca mais" (1985), coordenado por D. Paulo Evaristo Arns. Alguns desses livros circularam apenas no exterior, outros tiveram circulação clandestina, e houve até os que se tornaram *best-seller*. Este artigo apresenta algumas dessas obras editadas no Brasil, destacando as mais importantes e de maior repercussão, com ênfase para os livros produzidos entre 1970 e 1980. O objetivo é mostrar como eles foram produzidos, quem os escreveu e editou, como circularam no Brasil e que repercussão tiveram. Desse modo acreditamos poder indicar o papel político que estes livros cumpriram no país naquele período como instrumentos de denúncia da ditadura.

Abstract: Books, since the 1966' *Torturas e torturados* (Torture and tortured), by Márcio Moreira Alves to the 1985' *Brasil: Nunca mais* (Brazil: Never more), edited by D. Paulo Evaristo Arns, had an important role for denouncing the political repression and human rights violation in Brazil during the Military dictatorship (1964-1985). Some of these books only circulated abroad, while other were distributed underground and clandestine. Some of them were even best-sellers. This article analyses the most important of these books printed in Brazil, in particular the volumes published in the 1970s and 80s. The aim is to study the condition of productions, the authors and publishers, as well as the circulation and repercussion of the books. Thus, we believe it is possible to examine the political role of these books in that period as tools of denounce against the dictatorship.

Palavras-chave: Editoras de oposição. Livros de oposição. Ditadura civil-militar.

Keywords: Oppositional publishers. Oppositional books. Civil military dictatorship.

O golpe e a tortura

Desde o golpe de 1964, a tortura passou a ser ou voltou a ser, se pensarmos no Estado Novo, utilizada pelos que tomaram o poder como arma de repressão política. O objetivo deste artigo é apresentar de forma sucinta alguns dos primeiros livros publicados no Brasil que denunciaram a tortura a dissidentes políticos após o golpe. Trata-se de um levantamento preliminar, apenas de obras editadas até 1979, quando

ocorreu a anistia.

A tortura foi certamente o mais vil e covarde método utilizado pela ditadura brasileira de 1964 contra seus adversários políticos. Principalmente a partir de 1969, a organização de um sistema repressivo altamente centralizado e seletivo será uma das marcas do regime. A repressão e a tortura não tiveram nada de improvisado, não foram “excessos” de um ou outro militar mais violento. Foi algo planejado e estruturado, e realizado sob o comando das Forças Armadas, que empregaram seus homens, instalações e conhecimentos para esse fim.

As vítimas da tortura levam suas marcas para sempre. Não há como apagá-las. É um mal que não tem fim, um crime cujas sequelas são permanentes e atingem também os familiares e amigos das vítimas, e, a bem da verdade, toda a sociedade. Afinal, não se pode esquecer que a tortura tem também um lado social e político da maior importância. Como destaca Maria Helena Moreira Alves, em *Estado e oposição no Brasil – 1964-1984*:

“O uso generalizado e institucionalizado da tortura numa sociedade cria um “efeito demonstrativo” capaz de intimidar os que têm conhecimento de sua existência e inibir a participação política. [No Brasil] A evidência da repressão de Estado criou uma “cultura do medo” na qual a participação política equiparou-se ao risco real de prisão e conseqüente tortura [e] coibiu a participação em atividades de oposição comunitária, sindical ou política.

Esta cultura do medo tinha três importantes componentes psicológicos: o primeiro era o silêncio imposto à sociedade pela rigorosa censura [...] Este *silêncio* imposto, provocou profundo sentimento de *isolamento* naqueles que sofriam diretamente a repressão e/ou exploração econômica. [...] Amplos setores da população viram-se marginalizados e isolados de outros segmentos que poderiam oferecer-lhes apoio e ajuda. [...] Parecia impossível enfrentar o poder do Estado. Um sentimento de total *desesperança* passou a prevalecer na sociedade [...] Silêncio, isolamento e descrença eram os fortes elementos dissuasivos da “cultura do medo”.¹

Por isso os livros que primeiro denunciaram a tortura no Brasil têm importância, pois deram a sua contribuição para romper este cerco da “cultura do medo”, o cerco do silêncio, do isolamento e da descrença.

O poder da palavra impressa

Algumas ideias do historiador norte-americano Robert Darnton norteiam este trabalho, em particular aquelas que mostram que é preciso “compreender o livro como uma força da história”² e, principalmente, a conclusão de que “os livros não se limitam a relatar a história: eles a fazem”³.

É o que acredito que ocorre com os livros que denunciaram a tortura durante a ditadura brasileira, dos quais falaremos. É certo que tais livros “transmitiam uma mensagem política e uma visão geral da política”⁴, mas para Darnton – que tratava, é claro, de outro contexto – eles iam além disso e, de certa forma, “moldaram a própria realidade e ajudaram a determinar o curso dos acontecimentos”⁵. Minha ideia é tentar verificar até que ponto podemos afirmar isso no caso em foco.

Nesta análise é preciso não cair no erro de “supor uma noção linear de causalidade, como se pudéssemos discutir desde a venda de um livro até sua leitura, as convicções dos leitores, a mobilização da opinião pública e o envolvimento popular” na ação política. Ainda de acordo com Darnton: “o modelo de difusão que estabelece uma relação direta entre causa e efeito não leva em conta fatores independentes, como as fontes não literárias da opinião pública e a própria leitura como apropriação ativa e não recepção passiva dos textos”⁶.

Para nos aproximar de tais questões será de grande valia o modelo desenvolvido por Darnton a respeito da difusão de livros em uma sociedade e das redes de comunicação em que isso ocorre⁷. De forma sucinta, podemos dizer que este modelo busca “representar o processo de comunicação de forma que faça justiça à sua natureza sistêmica e à inter-relação de suas partes”, de modo a admitir “influências externas em cada estágio”⁸.

Livros e editoras de oposição

A maior parte dos livros de denúncia da tortura e da repressão política no Brasil surgiram no âmago de uma retomada da ação política, mesmo no quadro de uma ditadura que ainda torturava e matava. É quando se inicia o período da “luta democrática”, em que:

“após a derrota política e militar da experiência da luta armada [...] as esquerdas brasileiras se reorganizam em torno de uma proposta de luta pelas liberdades democráticas, ajudando a constituir e, em muitos casos a liderar, um amplo campo de oposição política à ditadura militar.”⁹

A partir desse período, meados da década de 1970, podemos verificar um movimento editorial e cultural marcado pela revitalização de editoras com perfil marcadamente político e de oposição ao governo militar iniciado em 1964. Editoras já estabelecidas, como a Civilização Brasileira, a Brasiliense, a Vozes e a Paz e Terra, voltaram a atuar de forma bem mais ousada politicamente, editando livros que tratavam de temas que punham em questão a ideologia, os objetivos e os procedimentos do regime de 1964. Ao mesmo tempo, novas editoras surgiram com um projeto muito parecido com este, e muitas vezes criadas com objetivos políticos. Alguns exemplos são as editoras Alfa-Ômega, Global, Brasil Debates, Ciências Humanas, Kairós, Codecri, Vega e Livramento, entre outras.

Os livros de oposição no Brasil, que se enquadram no que se pode chamar de

literatura¹⁰ política, podem ser classificados nas seguintes categorias: livros de denúncias contra o governo, depoimentos de exilados e ex-presos políticos, obras de parlamentares de oposição, livros-reportagem, memórias, romances políticos, romances-reportagem, clássicos do pensamento socialista. Este segmento ganha impulso mais significativo a partir de 1977-78, com o retorno à cena pública do movimento estudantil e do movimento sindical, em particular com as greves no ABC paulista, e o avanço da campanha da anistia.

Em minha dissertação de mestrado, defini as editoras de oposição como aquelas editoras que:

“tinham perfil nitidamente político e ideológico de oposição ao governo militar, com reflexos diretos em sua linha editorial e nos títulos publicados [...] a marca distintiva de uma editora de oposição é o fato de ela ter perfil de oposição ao governo militar e ter publicado certo número de livros de oposição. Um número suficiente, na produção daquela editora, para que fique claro que tais livros representavam parcela importante da produção da empresa. Disso resulta que os referenciais básicos para se saber se uma editora pode ser chamada de editora de oposição são: o perfil político e ideológico da editora, determinado pelas simpatias e filiações políticas de seus proprietários e/ou editores, e o seu catálogo de livros publicados.”¹¹

Boa parte dessas editoras estava ligada ao campo das idéias de esquerda, mas há também uma parte delas que tem uma visão política de outro matiz, expondo ideias liberais, reformistas, nacionalistas etc.

Em função do diferente grau de engajamento político de seus proprietários, editores e colaboradores – que podia ir desde a militância orgânica em partidos ou grupos políticos até uma postura de oposição mais geral diante dos propósitos do regime, sem que isso implicasse vinculação ou militância em alguma organização –, defini uma subcategoria entre as editoras de oposição, as *editoras de oposição engajadas*, que eram aquelas que:

“a) publicavam predominantemente livros de oposição e b) tinham envolvimento político claro, isto é, tinham vínculos com organizações políticas oposicionistas, caracterizando-se algum tipo de vinculação entre empresa e organização política. Geralmente, seus proprietários e/ou editores militavam em partidos ou organizações de oposição ao regime militar.”¹²

A maioria das editoras de oposição se enquadrava nesta subcategoria.

A tortura após o golpe

O uso da violência contra os opositores políticos marcou a ditadura brasileira

desde 1964. Logo em seguida ao golpe teve início a “Operação limpeza” e os IPMs (Inquéritos Policiais-Militares), que tinham como objetivo reprimir e desarticular os setores de esquerda e todos aqueles que apoiavam o governo Goulart. E ao contrário de certa imagem que foi construída posteriormente, esse período de 1964-65 foi fortemente repressivo, com a prisão de cerca de 50 mil pessoas¹³.

Já então surgiram as primeiras denúncias de torturas: “A campanha de imprensa contra a tortura em 1964 foi o primeiro exemplo de um movimento organizado de oposição da opinião pública suficientemente forte para impor modificações nas estratégias do Estado de Segurança Nacional”, registra Maria Helena Moreira Alves¹⁴.

Como sabemos, a repressão generalizou-se com o desenvolvimento da ditadura militar, principalmente entre 1969 e 1975. Janaina Teles sintetizou os números levantados até aqui sobre isso:

“Ainda que a radiografia dos atingidos não esteja concluída, podemos dizer que cerca de 50 mil pessoas foram presas somente nos primeiros meses de ditadura; houve milhares de presos por motivos políticos; cerca de 20 mil presos foram submetidos a torturas físicas; uma quantia desconhecida de mortos em manifestações públicas; cerca de 400 mortos e *desaparecidos* políticos; 7.367 indiciados e 10.034 atingidos na fase de inquérito em 707 processos judiciais por crimes contra a segurança nacional; quatro condenações à pena de morte; 130 banidos; 4.862 cassados; 6.592 militares atingidos; milhares de exilados; e centenas de camponeses assassinados.”¹⁵

Não houve nada de brando na ditadura brasileira. A tortura como arma política, a partir de 1969, foi institucionalizada.

Os livros de denúncia da tortura

Já em 1964 surgiram as primeiras denúncias de torturas, que deram origem, em 1966, ao primeiro livro de denúncia desses fatos: *Torturas e torturados*, de Márcio Moreira Alves (Rio de Janeiro, Idade Nova, 1966). Lançado em 1966, o livro foi proibido e recolhido pelo governo federal – e foi, também, usado como argumento para a tentativa de impugnação da candidatura a deputado federal do autor. No entanto, a obra foi liberada pela justiça em julho de 1967, ano em que saiu sua segunda edição. É um livro documental, que procura registrar os casos de tortura ocorridos naquele período da forma mais detalhada possível.

Após a primeira etapa da “Operação Limpeza”, a estrutura de repressão foi reorganizada em novos moldes a partir de 1969, com o fim de combater e eliminar a dissidência política, principalmente a armada, de forma seletiva¹⁶. Em julho surgiu a Operação Bandeirante, em São Paulo, que inovou ao criar uma estrutura mais dinâmica para a repressão, em que o comando estava com as Forças Armadas, mas

que incluía também setores das polícias civis estaduais.

O modelo teve êxito e foi institucionalizado em 1970, com a criação dos Destacamentos de Operações de Informações-Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). Entre 1969 e 1975 foram assassinados sob tortura ou desapareceram a grande maioria dos mortos e desaparecidos da ditadura brasileira. De acordo com o *Dossiê Ditadura*, de um total de 426 mortos e desaparecidos por motivos políticos, 322 foram atingidos nesse período¹⁷.

Houve, ainda que de forma muito limitada, denúncias dessas atrocidades desde 1969, principalmente por meio de cartas enviadas à imprensa por familiares de pessoas que eram presas ou sumiam repentinamente. Algumas dessas cartas foram publicadas. Houve também denúncias levadas a público por bispos e pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), ou pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), mas a sua repercussão era muito reduzida, em virtude do clima político ditatorial e da censura.

As denúncias vinham de dentro dos cárceres, por meio de cartas e conversas dos presos torturados com seus familiares e advogados. Em 1969 surgiu o *Documento de Linhares*, "denunciando as torturas e suas consequências dentro das prisões. Este foi o primeiro documento do gênero, elaborado no Brasil e encaminhado às autoridades brasileiras, que ignoraram o seu conteúdo, mas foi amplamente divulgado no exterior"¹⁸.

A partir de documentos como este, houve muitas denúncias, no exterior, das torturas praticadas no Brasil. Na Europa, na América Latina, principalmente antes dos golpes no Chile e na Argentina, e nos Estados Unidos organizaram-se grupos de exilados, de familiares e de pessoas – geralmente ligadas à universidade e a igrejas – que produziram dossiês sobre as violações aos direitos humanos, promovidas ou toleradas pela ditadura brasileira. Foram ações de grande importância, pois, apesar de praticamente não repercutirem no Brasil, devido à censura, tiveram repercussão internacional, criando constrangimentos ao governo. Ao reunirem farta documentação sobre casos de torturas, mortes e desaparecimentos, esses grupos colaboraram para o surgimento das primeiras publicações – boletins, jornais e, depois, livros¹⁹ – editadas no exterior sobre o assunto²⁰. Formaram também a memória desses casos. No Brasil, todavia, prevalecia o silêncio sobre a repressão e as torturas.

Anos 1970

Após o livro de Márcio Moreira Alves, em 1966, um dos primeiros livros editados no Brasil para denunciar a tortura foi o romance *Bar Don Juan*, de Antonio Callado (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971). É um romance crítico à luta armada, mas que registra a violência com que ela estava sendo combatida, ao mostrar como os personagens João e Laurinha foram torturados²¹.

Destaco que apurei o que foi editado no Brasil, em julho de 1972, pela Ação Popular Marxista-Leninista, o *Livro negro da ditadura militar*, que trazia uma espécie de dossiê das violações de direitos humanos cometidas no Brasil pela ditadura. Trata-

se, todavia, de publicação clandestina, editada por um grupo político também clandestino naquele momento, e que, ao que tudo indica, teve circulação muito restrita. Podemos supor, até mesmo, que talvez o livro tenha circulado mais no exterior do que no Brasil²².

Em 1973 outra obra de ficção, *As meninas*, de Lygia Fagundes Telles (Rio de Janeiro: José Olympio), aborda o tema. Uma das personagens, Lia, é uma simpatizante dos grupos guerrilheiros de esquerda e namora um militante que está preso e que lhe fala das torturas na prisão. No capítulo 6 do livro, surge a reprodução de uma carta de um preso político, denunciando com detalhes as torturas que havia sofrido. De acordo com a autora, trata-se de um relato verídico que ela recebeu por carta de um preso político e reproduziu na íntegra no livro²³.

É interessante destacar que os dois primeiros livros a tratar da tortura tenham sido obras de ficção, de autores já àquela época renomados. Certamente, isso se deu pelas restrições políticas, ou seja, censura, que provavelmente seriam mais fortes em relação aos livros de não-ficção. Os dois romances citados não deveriam estar entre as obras consideradas prioritárias para a censura, por se tratar, justamente, de livros de ficção. A ressaltar, ainda, que em ambos os livros as descrições das torturas são muito realistas, e, no caso de *As meninas*, trata-se, de acordo com a autora, de documento escrito por um preso político que havia passado pelas sessões de suplício.

Em 1974 apareceu o que talvez seja o primeiro livro de não-ficção editado de forma legal no Brasil que abordava a questão da tortura. Trata-se de *Oposição no Brasil, hoje*, um livro de pronunciamentos políticos de Marcos Freire, advogado pernambucano e deputado federal pelo MDB, que concorria à eleição para o Senado naquele ano, e sairia vencedor. O livro, da editora Paz e Terra – à época já adquirida por Fernando Gasparian, dono também do jornal alternativo *Opinião* – reproduz discursos e debates parlamentares. O capítulo 2, intitulado “Em defesa dos direitos humanos”, traz denúncias sobre o desaparecimento do ex-deputado Rubens Paiva, reproduzindo depoimento de sua esposa, Eunice Paiva, além de abordar vários outros casos de pessoas presas e desaparecidas e de denúncias de torturas.

Outro livro de não-ficção que apresentava ao menos um breve relato sobre um caso de tortura e morte de dissidente político foi o 20º volume da coleção História da República Brasileira, do historiador Hélio Silva, intitulado *Dos Governos Militares – 1969-1974* (São Paulo, Editora Três). Publicado em 1975, foi retirado das bancas e livrarias pela censura por tratar, entre as páginas 132 a 136, da morte de Stuart Edgar Angel, militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) desaparecido em 14 de maio de 1971. A mãe de Stuart, Zuzu Angel, comprou vários exemplares nas bancas antes do recolhimento, e os distribuiu a conhecidos²⁴.

Ainda em 1975 foi lançado no Brasil *Zero: romance pre-histórico*, de Ignácio de Loyola Brandão (Rio de Janeiro: Ed. Brasília). Segundo o próprio autor, “Era um livro violento: falava de tortura, esquadrão da morte, ditadura. Tanto que foi proibido”.²⁵ No livro, entre outros casos, aparece o depoimento do personagem Carlos Lopes, que descreve a narração das torturas que ouviu de um preso político. Lançado primeiro na Itália, em 1974, o livro foi censurado no Brasil logo após seu lançamento, no ano

seguinte, e só foi liberado em 1979, quando saiu a sua segunda edição no país (Rio de Janeiro, Codecri).

Em 1977, o romance *Em câmara lenta* (São Paulo, Alfa-Omega), de Renato Tapajós, descreve cenas de tortura sofridas por Aurora Maria Nascimento Furtado – mas sem mencionar seu nome – militante da Ação Libertadora Nacional (ALN) morta em 10 de novembro de 1972. O livro foi proibido e seu autor preso²⁶.

Ainda em 1977, um livro de contos de Rodolfo Konder, *Cadeia para os mortos. Histórias de ficção política* (São Paulo, Alfa-Omega), apresentava, inseridas no texto ficcional, descrições de torturas vividas pelo próprio autor em 1975, quando esteve preso no DOI-CODI/SP. O livro foi publicado na mesma coleção de *Em câmara lenta*.

Devemos mencionar ainda o livro *Cartas da prisão*, de Frei Betto (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977), que descreve a experiência do autor nos cárceres da ditadura.

1978-1979

Rodolfo Konder também publicou em 1978, *Tempo de ameaça, Autobiografia política de um exilado*, em que as mesmas cenas de tortura são descritas, mas dessa vez não mais como parte de um texto de ficção, mas sim como memórias suas. O livro também foi editado pela Alfa-Omega.

Inventário de cicatrizes, livro de poemas de Alex Polari (São Paulo/Rio de Janeiro: Ed. Global/ Teatro Ruth Escolar/ Comitê Brasileiro pela Anistia-RJ, 1978), descreve situações vividas pelo autor na prisão, entre as quais as torturas de que foi vítima.

Outro importante livro saiu em 1978 no Brasil: *Memórias do exílio: Brasil 1964-1974*, apresentado como “Obra coletiva dirigida por Pedro Celso Uchoa Cavalcanti e Jovelino Ramos sob o patrocínio de Paulo Freire, Abdias do Nascimento e Nelson Werneck Sodré”. O livro, que já havia sido publicado em 1976 em Portugal, foi editado no Brasil pela Editorial Livramento, de São Paulo. Entre diversos depoimentos e entrevistas com exilados brasileiros, destaca-se o “Dossier Frei Tito”, que descreve em detalhes as atrocidades a que Tito de Alencar Lima foi submetido, levando ao seu suicídio, na França, em 1974.

Em 1978 houve também a edição de *A sangue-quente: A morte do jornalista Vladimir Herzog* (São Paulo: Alfa-Omega), uma longa reportagem que havia sido publicada originalmente no jornal alternativo *EX*, em novembro de 1975. Desmontava a versão de suicídio apresentada para a morte de Herzog e descrevia o clima de medo e terror que se vivia naqueles dias. O romance *Ensaio geral*, de Antonio Marcello (São Paulo: Alfa-Omega), foi outra obra que colocou a tortura em foco.

Mas foi em 1979 que a denúncia da tortura passou de fato a ser um tema recorrente em diversos livros. O clima político um pouco mais aberto, a campanha da anistia e as discussões sobre a reorganização partidária mostravam que o país começava a entrar em um novo momento político, em que a ditadura ainda vigorava,

mas que certos temas podiam começar a ser debatidos de forma efetivamente pública. Temos aí já uma variedade de obras que abordam a questão da tortura, seja como um de seus temas centrais, seja como um dos elementos do livro.

Entre os livros que abordam a tortura como um de seus temas centrais temos:

- *Desaparecidos políticos: Prisões, sequestros, assassinatos*, organizado por Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa (Rio de Janeiro: Edições Opção/CBA-RJ). Livro organizado pelo Comitê Brasileiro pela Anistia-RJ, é uma espécie de dossiê de casos de pessoas presas, torturadas, mortas ou desaparecidas por motivos políticos, reunindo informações detalhadas sobre cada caso.

- *Tortura: A história da repressão política no Brasil*, do jornalista Antonio Calos Fon (São Paulo, Global). O livro é consequência de uma reportagem de Fon para a revista *Veja* e mostra em detalhes como havia sido organizado o aparelho repressivo do regime militar e como a tortura de presos políticos passara a ser utilizada de forma sistemática e "científica" contra os "subversivos". A descrição das técnicas de suplício é feita de forma circunstanciada, de modo impactante para o leitor. Logo após a reportagem ter sido publicada, o ministro do Exército pediu o enquadramento do jornalista na Lei de Segurança Nacional²⁷.

- *Dossiê Herzog: Prisão, tortura e morte no Brasil* (São Paulo: Global), de Fernando Pacheco Jordão, uma longa reportagem que narra detalhadamente a farsa montada em torno do assassinato de Herzog em 1975 e descreve todo o movimento de solidariedade e de resistência a que sua morte deu origem.

- *A fábrica de chocolate* (São Paulo: Hucitec). Texto da peça teatral de Mario Prata, que, nas palavras de Ruy Guerra no prefácio ao livro, faz "uma análise das vísceras do torturador", encarando "frontalmente um tema que até há bem pouco tempo era tabu em letra de forma". A peça foi encenada em São Paulo, com a direção de Ruy Guerra, no final de 1979.

- *131-D. Linhares: Memorial da prisão política*, de Gilney Amorim Viana (Contagem: Editora História/Comitê Brasileiro pela Anistia/ Movimento Feminino pela Anistia). Traz as memórias e as reflexões do autor, então ainda preso no Rio de Janeiro.

O livro de Viana era de certa forma sintoma do início de uma leva livros de memórias e de depoimentos, que ocorreria a partir daquele ano. Desses livros editados em 1979, vários traziam relatos de torturas sofridas pelo próprio autor ou por pessoas com quem ele conviveu. Alguns desses livros são: *Milagre no Brasil*, de Augusto Boal (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira); *Nas profundas do inferno*, de Arthur Poerner (Rio de Janeiro: Codreci) premiado na Itália em 1978, mas publicado no Brasil apenas em 1979; *O que é isso, companheiro?*, de Fernando Gabeira (Rio de Janeiro: Codecri); *Poemas do povo da noite*, livro de poemas de Pedro Tierra, pseudônimo de Hamilton Pereira da Silva (São Paulo: Editorial Livramento), que havia sido publicado antes na Espanha²⁸; *Confesso que peguei em armas*, de Pinheiro Salles (Belo Horizonte: Editora Vega); *Esquerda armada: testemunhos dos presos políticos do Presídio Milton Dias Moreira no Rio de Janeiro*, organizado por Luzimar Nogueira Dias (Vitória: Edições do Leitor).

A partir de 1980, e durante toda a década, muitas outras obras que tratavam da tortura aos presos e perseguidos políticos da ditadura brasileira foram editadas. Pretendo estudá-las posteriormente.

Alguns breves comentários

Feito este sumaríssimo levantamento das principais obras publicadas nesse período sobre o tema, uma das conclusões a tirar é que parece claro que a publicação e a repercussão desses livros, além do êxito comercial que vários deles alcançaram, indicam que eles cumpriram certo papel na denúncia das arbitrariedades da ditadura e nas lutas em defesa dos direitos humanos.

Ao mesmo tempo, devemos lembrar que os livros não foram pioneiros na denúncia da tortura contra dissidentes políticos no Brasil. Mesmo com as severas restrições que a imprensa sofria, jornais e revistas estamparam em suas páginas algumas notícias e, principalmente, cartas que tratavam do tema no período mais duro da repressão, entre 1969 e 1975.

As denúncias no exterior também tiveram um peso importante para que tais notícias se propagassem internacionalmente, caracterizando o governo brasileiro como uma ditadura que torturava presos políticos, comparável à Grécia, Portugal, Espanha, Paraguai e Chile, na mesma época.

Todavia, o papel dos livros que no Brasil primeiro fizeram esta denúncia não pode ser subestimado. Alguns desses livros tiveram sucesso de vendas, ocupando as listas dos livros mais vendidos da época, como é o caso de *Tortura: A história da repressão política no Brasil*, *Dossiê Herzog* e *O que é isso, companheiro?* Mesmo outros livros que não se tornaram *best-sellers* tiveram também certa repercussão, como é o caso de *Em câmara lenta*, que levou à prisão de seu autor.

O impacto desses trabalhos se dava por constituírem um conjunto de informações, até certo ponto, consolidadas sobre os métodos de combate aos grupos de oposição clandestinos que atuaram no Brasil entre o final dos anos 1960 e meados da década de 1970, com diversos testemunhos em primeira mão sobre as torturas, mortes e desaparecimentos, mostrados não de forma isolada, como acontecia em geral quando a imprensa conseguia tratar desse tema, mas sim como uma política de governo que havia sido utilizada para aniquilar a esquerda.

Parece razoável deduzir que estes livros cumpriram certo papel na denúncia das arbitrariedades da ditadura e nas lutas em defesa dos direitos humanos, colaborando com a campanha pela anistia – ao mesmo tempo em que eram impulsionados por ela.

É importante notar que o tema da política sistemática de tortura a presos políticos durante a ditadura – promovida e realizada por membros do governo, militares, policiais e civis, em dependências oficiais e extraoficiais – era ainda conhecido por uma parcela relativamente pequena da sociedade. Ou melhor, a maior parte da sociedade não dispunha de relatos tão detalhados sobre essas práticas como as fornecidas pelas obras analisadas. Assim, os livros colaboraram para que este tema tão importante – e tão sensível para os militares, muitos dos quais negam até hoje que

tenha existido tortura – entrasse na pauta do debate político nacional.

O fato de que algumas dessas obras aparecerem durante meses seguidos nas listas dos livros mais vendidos é também um elemento revelador de sua repercussão e importância. Pode ser visto como a comprovação de que esses livros responderam a um anseio de informação existente na sociedade – ao menos naquela parcela que compra livros. Foi também um fator que realimentou o processo de circulação dessas obras, uma vez que estimulou os livreiros a mantê-las em destaque em suas lojas e motivou leitores que ainda não haviam comprado a obra a fazê-lo, além, é claro, de motivar os editores a lançar outras obras assemelhadas e que ampliavam as informações e os pontos de vista existentes sobre o tema.

Em relação ao papel político que esses livros desempenharam, vale lembrar que muitas vezes eles proporcionavam a realização de eventos de lançamento e noites de autógrafos, que ocorriam em diversas cidades e se transformavam, muitas vezes, em atos políticos e/ou se integravam na campanha da anistia. Esse é um dos aspectos que marca as possibilidades diferenciadas que o livro possui em relação a outros tipos de veículos impressos. Por exemplo, certamente a revista *Veja*, onde inicialmente saiu à reportagem que originou o livro *Tortura*, apesar de sua grande tiragem e do seu alcance nacional, tem uma repercussão muito concentrada no tempo, ou seja, tal repercussão se dá na semana em que a matéria é publicada e, de forma já bem mais atenuada, nas semanas seguintes, por meio de cartas dos leitores ou de repercussões na própria revista ou em outros veículos de comunicação. Mas a tendência é que logo a matéria perca força, deixe de ser considerada “quente”.

O livro, apesar de sua tiragem muito menor em termos quantitativos, permite um maior detalhamento de informações e, ao mesmo tempo, dá ao texto uma maior perenidade, proporcionando que ele circule e repercuta por um tempo muito maior. E permite também que diversos eventos, como lançamentos e noites de autógrafos, sejam promovidos em torno da publicação, fazendo com que o livro seja lançado diversas vezes, em lugares diferentes, possibilitando, em cada ocasião, a realização de debates e mobilizações sobre o tema abordado, além de permitir ao autor conceder entrevistas, realizar palestras e outras atividades relacionadas à sua obra.

Assim, estes livros foram, certamente, importantes para que a denúncia das torturas passasse a ter um lugar de maior destaque na conjuntura política nacional, principalmente a partir de 1978. Cumpriram um papel político de certo destaque no período da abertura política, principalmente entre os setores médios da sociedade, nos quais o hábito da leitura e a possibilidade de acesso aos livros são maiores. Foram instrumentos da luta política que se travava naquele momento no Brasil, dando voz a denúncias e reivindicações das oposições, além de proporcionarem condições para o debate e a realização de eventos públicos em torno dos temas que abordavam.

* **Doutorando em História Social na Universidade de São Paulo.** No mestrado apresentei a dissertação intitulada *Editoras de oposição no período da abertura (1974-1985): Negócio e política*, em que desenvolvi os conceitos de editoras de oposição e livros de oposição. Atuo como historiador e editor de livros. Bolsista da Capes.

Contato: flamaues@usp.br

1 ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil – 1964-1984*. Bauru: Edusc, 2005. p.205

2 DARNTON, Robert. *O Iluminismo como negócio: história da publicação da Enciclopédia, 1775-1800*. São Paulo:

-
- Cia. das Letras, 1996. p. 14.
- 3 DARNTON, Robert. O que é a história dos livros. In: *O beijo de Lamourette*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990. p.131.
- 4 DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos da França revolucionária*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. p.14.
- 5 Idem, ibidem, p. 15.
- 6 Idem, ibidem, p. 197.
- 7 Idem, ibidem, p. 185-213. Ver também: DARNTON, Robert. O que é a história dos livros revisitado. *ArtCultura*, v. 10, nº 16, p. 153-167, jan.-jun. 2008. Trad. de Lília G. M. Tavolaro.
- 8 Idem, ibidem, p. 198.
- 9 ARAUJO, Maria Paula. A luta democrática contra o regime militar, 1974-1985 (Estratégias de luta e resistência contra a ditadura). In: *1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004, p. 243.
- 10 Literatura aqui tem o sentido de "conjunto das obras científicas, filosóficas etc., sobre um determinado assunto, matéria ou questão; bibliografia", conforme o Dicionário Houaiss.
- 11 MAUÉS, Flamarion. *Editoras de oposição no período da abertura (1974-1985): Negócio e política*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), p. 54.
- 12 Idem, ibidem, p. 55.
- 13 ALVES, *op. cit.*, p. 72.
- 14 ALVES, *op. cit.*, p. 74.
- 15 TELES, Janaina de Almeida. *Os herdeiros da memória: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil*. 2005. Dissertação. (Mestrado em História), FFLCH-USP.
- 16 Idem, ibidem, p. 25-26.
- 17 COMISSÃO de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)*. São Paulo, IEVE/Imprensa Oficial, 2009.
- 18 COMISSÃO, *op. cit.*, p. 620.
- 19 Alguns livros de denúncia da tortura e da repressão no Brasil editados no exterior são: *Brasil: Tortura, represión y muerte. La represión como instrumento de poder del gobierno de Brasil*. Caracas, Ediciones Bárbara, 1970; "Pau de Arara" – *La Violence Militaire au Brésil*. Paris, François Maspero, Cahiers Libres, 1971; ALARCON, Rodrigo. *Brasil: represión y tortura*. Santiago de Chile, Orbe, 1971; "Pau de Arara" – *La Violencia Militar en el Brasil*. Ciudad de Mexico, Siglo XXI, 1972 (De acordo com o *Dossiê Ditadura*, *op. cit.*, p. 260, esta obra foi organizada por Bernardo Kucinski, Ítalo Tronca e Luiz Eduardo Merlini); BIOCCA, Ettore. *Estratégia do terror: A face oculta e repressiva do Brasil*. Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1974; BIMBI, Linda. *Brasile, Violazione dei Diritti dell'Uomo*. Dossiê do Tribunal Russel II. Milão, Feltrinelli, 1975; *Dos presos políticos brasileiros: Acerca da repressão fascista no Brasil*. Lisboa: Maria da Fonte, 1976.
- 20 Sobre este tema, ver: ROLLEMBERG, Denise. *Exílio. Entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999; ROLLEMBERG, D. "A imprensa no exílio". In: CARNEIRO, M. L. T. (Org.). *Minorias silenciadas*. São Paulo: Edusp, 2002, p. 451-468; GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo:Cia. das Letras, 2002, p. 271-292; GREEN, James N. *Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985*. No prelo.
- 21 Sobre a obra de Callado ver: CRUZ, Cláudia Helena da. *A ditadura militar brasileira à luz dos romances engajados de Antônio Callado: um estudo de Quarup (1967), Bar Don Juan (1971), Reflexos do Baile (1976) e Sempreviva (1981)*. In: *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 8 a 12 de setembro de 2008. Cd-Rom.
- 22 A mesma observação vale para a obra *Repressão Militar-Policial no Brasil*, editada (mimeografada) em São Paulo, em 1975, pela Ação Libertadora Nacional, grupo também clandestino; e ainda para uma edição artesanal, não comercial e semiclandestina do livro *Poemas do povo da noite*, de Pedro Tierra, organizada pelo advogado Luís Eduardo Greenhalgh em 1975, cujos poemas tratavam da tortura de forma direta. Neste artigo, no entanto, limito-me a tratar das obras que tiveram circulação regular, ainda que algumas tenham sido posteriormente censuradas.
- 23 SUCUPIRA, Elizabeth. *O engajamento de Lygia Fagundes Telles*. Publicado originalmente em 01/02/2005. Disponível em: <<http://www.portalliterar.com.br/artigos/o-engajamento-de-lygia-fagundes-telles>>. Acesso em 3/10/2008.
- 24 TELES, *op. cit.*, p. 73.
25. Entrevista de Ignácio de Loyola ao *Almanaque Brasil*. Disponível em: <<http://www.independenciaoumorte.com.br/node/125>>. Acesso em 20/9/2008.

- 26 MAUÉS, Eloísa Aragão. *Em Câmara Lenta, de Renato Tapajós: A história do livro, experiência histórica da repressão e narrativa literária*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP)
- 27 Sobre este livro publiquei o artigo: MAUÉS, Flamarion. A tortura denunciada sem meias palavras: um livro expõe o aparelho repressivo da ditadura. In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson Luís de Almeida e TELES, Janaina de Almeida (orgs.). *Desarquivando a Ditadura: Memória e Justiça no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 2009 (no prelo).
- 28 Ver meu artigo: MAUÉS, Flamarion. Ter simplesmente este livro nas mãos é já um desafio: Livros de oposição no regime militar, um estudo de caso. In: *Em Questão*, Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, ISSN 1807-8893 UFRGS, v.11, n.2, julho a dezembro 2005, p. 259-279. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/emquestao/pdf_2005_v11_n2/3_tersimplesmente.pdf>.